



Douglas Santos Mezacasa
(Organizador)

Pensamento Jurídico e Relações Sociais


Ano 2020



Douglas Santos Mezacasa
(Organizador)

Pensamento Jurídico e Relações Sociais

Atena
Editora

Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Camila Alves de Cremo

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Prof^a Dr^a Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^a Dr^a Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof^a Dr^a Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof^a Dr^a Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof^a Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof^a Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof^a Dr^a Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof^a Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Prof^a Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof^a Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof^a Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
 Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
 Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
 Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
 Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
 Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
 Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
 Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
 Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
 Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
 Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
P617	<p>Pensamento jurídico e relações sociais 1 [recurso eletrônico] / Organizador Douglas Santos Mezacasa. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-65-5706-184-8 DOI 10.22533/at.ed.848201307</p> <p>1. Direito – Brasil. 2. Direito – Filosofia. 3. Relações sociais. I. Mezacasa, Douglas Santos.</p> <p style="text-align: right;">CDD 340</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A sociedade acende, em uma ordem social, onde as práticas do ser humano são repetidas e reiteradas, o que desperta a preocupação de um Direito que as regulem. Como menciona Gustavo Gabay Guerra (2000), a existência do Direito está pautada em “diversas acepções práticas e filosóficas, levado a cabo pela manifestação social e pela expressão da intencionalidade humana, irradiando uma gama de desdobramentos que o levam a interferir nos mais diversos planos cognoscíveis”.

Foi com o escopo de pensar como o sistema jurídico brasileiro se efetiva com as relações entre os sujeitos, que a Atena Editora publica dois volumes da coletânea intitulada “Pensamento Jurídico e Relações Sociais” uma coleção composta por vinte e nove capítulos, divididos em dois volumes, que concentram pesquisadores especialistas, mestres e doutores de instituições localizadas de todas as áreas do Brasil, onde as discussões tematizam diversas áreas do saber jurídico.

O compilado de artigos que compõem as obras, tem por intuito analisar as relações sociais de forma crítica e científica. A escolha em estudar esses movimentos dentro de um parâmetro de pesquisa, outorga a mais próxima veracidade dos fatos, criando mecanismo para solucionar litígios vindouros. Os volumes realizados em formato de e-book, trazem inovações nas pesquisas jurídicas e nas demais áreas do conhecimento. Temas diversos e interessantes são discutidos aqui com a proposta de fundamentar o conhecimento de acadêmicos, mestres, doutores e todos aqueles juristas que de alguma forma se interessam pela ciência jurídica e pela participação efetiva da sociedade nas pesquisas.

Possuir um material acadêmico que reflita a evolução de diferentes áreas do direito e da coletividade, de forma temporal, com dados e resultados substanciais e concretos, torna-se muito relevante para o campo da pesquisa no Brasil.

Nessa esteira, a obra “Pensamento Jurídico e Relações Sociais” apresenta fundamentações de resultados práticos obtidos pelos diversos professores, acadêmicos e pesquisadores que arduamente desenvolveram seus trabalhos que aqui serão apresentados de maneira concisa e didática. Sabemos o quão importante é a divulgação científica, por isso evidenciamos também a estrutura da Atena Editora capaz de oferecer uma plataforma consolidada e confiável para estes pesquisadores exporem e divulguem seus resultados.

Douglas Santos Mezacasa

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A ATUAÇÃO DO NEGOCIADOR EM OCORRÊNCIAS DE ALTA COMPLEXIDADE ENVOLVENDO TERRORISTAS: UMA ANÁLISE DO PERFIL DO TERRORISTA E O PAPEL DO NEGOCIADOR FRENTE A CRISE DE AMEAÇA TERRORISTA	
Ronald Jean de Oliveira Henriques	
DOI 10.22533/at.ed.8482013071	
CAPÍTULO 2	19
A DOCTRINA JURÍDICA DE ARTHUR SCHOPENHAUER	
Gabriel Henrique Vitaliano Affonso	
DOI 10.22533/at.ed.8482013072	
CAPÍTULO 3	25
A EXTRAFISCALIDADE APLICADA NA ATIVIDADE AEROAGRÍCOLA COMO MECANISMO DE PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE	
Paola Christine de Araújo Vidotti Casemiro	
Maria de Fátima Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.8482013073	
CAPÍTULO 4	30
A FAMÍLIA MONOPARENTAL NO BRASIL E A ADOÇÃO: EVOLUÇÃO HISTÓRICO-LEGISLATIVA E ENTRAVES ENFRENTADOS	
Francisco das Chagas Bezerra Neto	
Raíssa Julie Freire Gouvêa	
Fabiana da Silva Santos	
Clarice Ribeiro Alves Caiana	
DOI 10.22533/at.ed.8482013074	
CAPÍTULO 5	43
A QUESTÃO DA ESTÉTICA EM NIETZSCHE	
João Francisco Cocaro Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.8482013075	
CAPÍTULO 6	50
A QUESTÃO DA IDEOLOGIA NA OBRA O “COMANDO POLÍTICO-JURÍDICO DA CONSTITUIÇÃO: IDEOLOGIA E VINCULAÇÃO HERMENÊUTICA”	
Vitor Anotti	
DOI 10.22533/at.ed.8482013076	
CAPÍTULO 7	55
A VIOLÊNCIA CONTRA PROFESSORES NO AMBIENTE ESCOLAR COMO VIOLAÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS	
Ailine Moreira Lehnhart de Vasconcellos	
Vanessa Catherina Neumann Figueiredo	
DOI 10.22533/at.ed.8482013077	
CAPÍTULO 8	66
ANÁLISE DA MULHER NA “CULTURA DO ESTUPRO” SOB A ÓTICA FEMINISTA	
Feyth Jaques de Oliveira	
Sandra Cristina de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.8482013078	

CAPÍTULO 9	81
ANÁLISE DA VIABILIDADE DO MODELO DE VOUCHER EDUCACIONAL NO BRASIL	
Fábio Augusto Carvalho Peixoto	
Luiz Eduardo Duarte Palermo Santoro	
Vilmário Júnior de Paula Wanderley	
DOI 10.22533/at.ed.8482013079	
CAPÍTULO 10	100
AS ALTERAÇÕES NO CONTROLE DE JORNADA NA LEI DA LIBERDADE ECONÔMICA - LEI Nº 13.874	
Maria Luísa Oliveira Elias Santana	
Alexandre Tsuyoshi Nakata	
DOI 10.22533/at.ed.84820130710	
CAPÍTULO 11	108
AS INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS COMO UM DIFERENCIAL COMPETITIVO NO BRASIL: ANÁLISE DO SISTEMA JURÍDICO NACIONAL SOB A PERSPECTIVA DA <i>LAW AND ECONOMICS</i>	
Gésio de Lima Veras	
Robson Almeida Borges de Freitas	
Cristiane Monteiro de Farias Rezende	
Mário Jorge Campos dos Santos	
Antonio Martins de Oliveira Júnior	
Márcio Aurélio Carvalho de Moraes	
DOI 10.22533/at.ed.84820130711	
CAPÍTULO 12	119
BULLYING: QUEM DEVEMOS RESPONSABILIZAR?	
Antônio Pedro Cotrim Cordeiro	
Cleres de Souza Andrade	
Gabriel Felipe de Jesus Mendes	
Gabriel Próspero Machado Cunha	
Michael Raymar da Silva Costa	
Rainha Isabel Pinheiro Pereira	
Isabel Cristina Costa Freire	
Jethânia Glasses Cutrim Furtado Ferreira	
Vilma de Fátima Diniz de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.84820130712	
CAPÍTULO 13	129
DA COLISÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E OS PRINCÍPIOS QUE NORTEIAM SUA SOLUÇÃO	
Luiz Carlos Schilling	
DOI 10.22533/at.ed.84820130713	
CAPÍTULO 14	144
DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL: MUITO ALÉM DO QUE UM CNPJ	
Ubiratan Bagas dos Reis	
Marisa Rossignoli	
DOI 10.22533/at.ed.84820130714	

CAPÍTULO 15	159
DIREITOS HUMANOS NA SITUAÇÃO CARCERÁRIA DO BRASIL	
Bruna Rigo Weber	
Charlise Paula Colet Gimenez	
DOI 10.22533/at.ed.84820130715	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	166
ÍNDICE REMISSIVO	167

A VIOLÊNCIA CONTRA PROFESSORES NO AMBIENTE ESCOLAR COMO VIOLAÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS

Data de aceite: 01/06/2020

Data de submissão: 03/04/2020

Ailine Moreira Lehnhart de Vasconcellos

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação do Campus do Pantanal (CPAN), área de concentração em Educação Social, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

ailineemlv@gmail.com

Corumbá/MS

<http://lattes.cnpq.br/5107208654006042>

Vanessa Catherina Neumann Figueiredo

Professora Dra. do Programa de Pós-Graduação em Educação do Campus do Pantanal (CPAN), área de concentração em Educação Social, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

vanessa.figueiredo@ufms.br

Corumbá/MS

<http://lattes.cnpq.br/6692253887891002>

RESUMO: A violência é um problema social que tem aumentado ao longo dos anos, atingindo a população e chegando às instituições escolares em diferentes formas. Uma das preocupações no ambiente escolar são ataques, ameaças e desrespeito aos professores e, apesar de projetos e leis de proteção aos direitos humanos, a violação destes ocorre a todo momento, em situações que afetam a dignidade, e no caso

dos professores, causam transtornos físicos, psicológicos e por vezes acabam o afastando do trabalho. Esse artigo tem o propósito de discutir a violência contra professores no ambiente escolar e a violação dos direitos humanos com uma revisão bibliográfica através de pesquisas, artigos, documentos, livros sobre o tema, além de leis e da Declaração Universal de Direitos Humanos, diferenciando as formas de violência e como estas se apresentam nas escolas. Constatamos que a violência contra professores é frequente e atual, sendo uma questão que deve ser enfrentada, implementando ações para combater violências que se dissipam no ambiente escolar e violam os direitos humanos.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Trabalho Docente. Direitos Humanos. Violência.

VIOLENCE AGAINST TEACHERS IN THE SCHOOL ENVIRONMENT AS A VIOLATION TO HUMAN RIGHTS

ABSTRACT: Violence is a social problem, which has increased over the years, reaching the population and reaching the schools one of the preoccupation on the school environment is the violence and disrespect to teachers and despite the projects and laws of humans rights protection, the violation os this happens all the time, on situations when that affect the dignity, and in the case of teachers cause physical and psychological disorders, and sometimes they end up leaving the teacher away from work. this article aims to discuss the violence against teacher in the school environment and the

violation of the human rights, with a bibliographic review through articles, documents, books on the subject in addition to laws and the universal declaration of human rights, differentiating the types of violence and how they manifest in schools. we note that violence against teachers is frequent and current, being an question that must be faced, implemented actions to combat violence that dissipates in the school environment what violate human rights

KEYWORDS: Education. Teaching Work. Human rights. Violence.

1 | INTRODUÇÃO

A violência é um problema social que está em expansão, reforçada pelas desigualdades sociais, influenciada pela mídia e por consequência das desestruturas familiares. É somente a partir de 1980 que a violência é tratada como um problema de saúde pública no Brasil, porém, a violência no ambiente escolar é alvo de pesquisas desde os anos 1950, tendo a indisciplina como principal fator envolvendo violência nas escolas, aumentando para casos de depredações e invasões aos patrimônios na década de 80. A partir dos anos 1990 surgem ocorrências de agressões, principalmente entre alunos, ganhando maior visibilidade e força ao ser vinculado com o desrespeito aos professores (SPOSITO, 2001; PEREIRA, 2003; ABRAMOVAY; AVANCINI; OLIVEIRA, 2006).

Nos últimos anos, estatísticas mostram que o número de violências contra professores tem crescido nas escolas. De acordo com a pesquisa *Teaching and Learning International Survey* (Talis), realizada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em 2013, o Brasil lidera o ranking de países com maior índice de violência, sendo que 12,5% dos professores reportaram terem passado por agressões verbais e intimidações ao menos uma vez por semana (INEP, 2019).

Charlot (2002) reporta a importância dos três tipos de violência que se inter-relacionam no ambiente escolar:

A violência *na* escola é aquela que se produz dentro do espaço escolar, sem estar ligada à natureza e às atividades da instituição escolar: quando um bando entra na escola para acertar contas das disputas que são as do bairro, a escola é apenas o lugar de uma violência que teria podido acontecer em qualquer outro local.

A violência *à* escola está ligada à natureza e às atividades da instituição escolar: quando os alunos provocam incêndios, batem nos professores ou os insultam, eles se entregam a violências que visam diretamente a instituição e aqueles que a representam.

A violência *da* escola: uma violência institucional, simbólica, que os próprios jovens suportam através da maneira como a instituição e seus agentes os tratam (modos de composição das classes, de atribuição de notas, de orientação, palavras desdenhosas dos adultos, atos considerados pelos alunos como injustos ou racistas...) (CHARLOT, 2002, p. 434)

Apesar de todas serem de fundamental importância para debate, iremos dar ênfase aqui para a violência à escola, referente às agressões e insultos contra os professores. Com frequência, portais de notícias (G1, Veja, Jornais on-line, entre outros) relatam algum

caso sobre algum tipo de violência, seja ela verbal, física e/ou psicológica.

Em reportagem exibida pelo programa Fantástico, da Rede Globo, em junho de 2019, foram mostrados diversos casos de professores afastados de suas atividades por terem sofrido violência física por seus alunos. Casos de afastamento por estresse, depressão, pânico entre outros traumas psicológicos também ocorrem (G1, 2019a).

Além dos danos físicos, também ameaças, constrangimentos, desacatos e afrontas ao professor têm ocorrido, constituindo-se em violência, já que sua característica é “... o desrespeito, a negação do outro, a violação dos direitos humanos que se soma à miséria, à exclusão, à corrupção, ao desemprego, à concentração de renda, ao autoritarismo e às desigualdades presentes na sociedade brasileira” (SILVA SALLES, 2010, p. 218).

Apesar das leis, programas, projetos e declarações internacionais de proteção aos direitos humanos, a violação destes direitos ocorre a todo momento, seja a crianças, adolescentes ou mulheres vítimas de violência doméstica, ou mesmo a profissionais em seus ambientes de trabalho. No caso de professores, tais situações afetam sua dignidade, pois “o problema grave do nosso tempo, com relação aos direitos humanos, não é mais o de fundamentá-los e sim o de protegê-los” (BOBBIO, 2004, p.17).

Levando em conta o aumento da violência, destacado pelas mídias e por estudos acadêmicos, o presente artigo tem o propósito de discutir a violência contra professores no ambiente escolar e seu significado enquanto violação dos direitos humanos. É uma revisão bibliográfica com obtenção de dados descritivos para compreender a situação a ser estudada através de pesquisas realizadas, artigos científicos, documentos e livros de autores que falam sobre o tema violência escolar, além de leis e da Declaração Universal de Direitos Humanos (GODOY, 1995).

21 A ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO E OS DIREITOS DOS TRABALHADORES

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) é criada após a primeira guerra mundial, em 1919, com a ideia de que a paz universal e duradoura só seria possível com justiça social. Para isso, estabeleceu objetivos de trabalho com respeito às normas internacionais, especialmente aos princípios e direitos fundamentais do trabalho; promoção do emprego de qualidade; extensão da proteção social; fortalecimento do diálogo social (ONU, 1948).

A OIT se une a Organização das Nações Unidas (ONU), fundada em 1945, após a segunda guerra mundial e é criada a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) em 1948, baseada na OIT com direitos básicos fundamentais como o direito à vida, à liberdade, ao trabalho, à educação, entre outros que permitem que o indivíduo tenha a garantia de uma vida digna, conforme explica Pequeno (2008):

Os direitos humanos são aqueles princípios ou valores que permitem a uma pessoa afirmar sua condição humana e participar plenamente da vida. Tais direitos fazem com que o indivíduo possa vivenciar plenamente sua condição biológica, psicológica, econômica, social cultural e política. Os direitos humanos se aplicam a todos os homens e servem para proteger a pessoa de tudo que possa negar sua condição humana. Com isso, eles aparecem como um instrumento de proteção do sujeito contra todo tipo de violência. Pretende-se, com isso, afirmar que eles têm, pelo menos teoricamente, um valor universal, ou seja, devem ser reconhecidos e respeitados por todos os homens, em todos os tempos e sociedades (p.24)

Referente ao direito ao trabalho, a DUDH em seu artigo 23, defende que todos tem direito ao trabalho, poder escolher seu emprego, ter direito a condições dignas de trabalho, além de proteção no caso de desemprego e remunerações iguais, sem discriminação, para as mesmas funções. O direito de formar e participar de sindicatos também é mencionado (ONU, 1948).

A DUDH foi ratificada em 1993 com a Declaração dos Direitos Humanos de Viena, que declarou que os direitos humanos são direitos naturais de todos.

A Declaração dos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, de 1998 estabelece quatro princípios fundamentais aos membros da OIT: “liberdade sindical e reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva; eliminação de todas as formas de trabalho forçado; abolição efetiva do trabalho infantil; eliminação de todas as formas de discriminação no emprego ou na ocupação” (NAÇÕES UNIDAS, 2019, p.1).

No âmbito nacional, a atual Constituição Federal (1988) segue os mesmos princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que conforme o seu artigo 1º, coloca entre outros princípios fundamentais, a dignidade da pessoa humana, que é elemento primordial para uma vida com humanidade, digna, com direitos e garantias, pois “a noção de dignidade constitui um dos substratos dos direitos humanos” (PEQUENO, 2016, p. 139).

As garantias de acesso à escola e ao ensino público gratuito, assim como a valorização dos profissionais da educação também são direitos garantidos pela Constituição, porém, é notável que a falta de investimentos e de políticas educacionais que deem continuidade a programas e recursos fazem com que o ensino esteja cada vez mais precário e em segundo plano, e a desvalorização dos professores também (BRASIL, 1988).

As políticas públicas reduziram os investimentos das escolas, promovendo a desvalorização do professor e do ensino, com condições precárias de trabalho, fazendo com que sintam baixa autoestima e perda do interesse em sua carreira, desrespeitando os direitos humanos não só destes profissionais, mas também dos alunos e de toda a sociedade (SOUZA, 2012).

3 | A VIOLÊNCIA ESCOLAR E A VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DOS PROFESSORES

Apesar de proposto em lei, sabemos que a falta de estruturas, condições materiais e respaldo organizacional vem acarretando na desvalorização do profissional docente, ocorrendo desrespeito dos alunos e casos de agressão reportados seguidamente na mídia e nos portais de notícias (ESTEVE, 1999).

Para iniciarmos essa discussão sobre violência no ambiente escolar, é importante utilizarmos da definição de Silva e Salles (2010) sobre violência, na qual, sendo o aluno vítima ou praticante da agressão, vem sendo motivo de preocupação no ambiente escolar:

A problemática da violência, seja aquela em que o jovem é vítima seja aquela que é protagonizada por ele, vem provocando crescente perplexidade e sendo objeto de grande preocupação no meio escolar. Em geral, violência é conceituada como um ato de brutalidade, física e/ou psíquica contra alguém e caracteriza relações interpessoais descritas como de opressão, intimidação, medo e terror. A violência não pode ser reduzida ao plano físico, podendo se manifestar também por signos, preconceitos, metáforas, desenhos, isto é, por qualquer coisa que possa ser interpretada como aviso de ameaça, o que ficou conhecido como violência simbólica (p. 218).

Há diversas pesquisas e estudos sobre violência na escola, alguns consideram a violência no meio escolar derivada de questões geográficas (escolas em regiões de favelas), alguns a associam a agressividade, a adolescência e ao comportamento dos alunos nessa fase (PEREIRA, 2003; PRIOTTO; BONETI, 2009).

A violência escolar ocorre de diferentes formas: Como violência física (uso da força para produzir agressões físicas, brigas); Como violência psicológica (agressões verbais, ameaças, humilhações); Como violência contra o patrimônio (vandalismos, pichações, danos as estruturas físicas e furtos aos materiais de professores e da escola) (SOUZA, 2012).

Apesar de em menor quantidade, há violência física nas escolas, porém, os casos mais rotineiros são de ameaças, desrespeitos e agressões verbais. Algumas pesquisas focam apenas na violência física, já outros discutem as violências verbais (psicológicas), suicídios, e há também estudos que se atentam para a violência relativa ao patrimônio, com depredações e furtos na escola (SILVA; SALLES, 2010).

Alguns professores não percebem a violência escolar, pois, por se tornar algo comum, alguns atos acabam passando despercebidos, pela banalização da violência na escola pública (SILVA; SALLES, 2010).

O aumento da violência também dificulta a atuação profissional, pois a figura do professor visto como autoridade e referência foi perdendo espaço entre os alunos e muitas vezes os professores preferem tolerar determinadas situações a levá-las para a direção escolar, por temerem ser mal interpretados, vivenciando momentos de tensão, estresse, insatisfação com a profissão, entre outros (CORREIA, 2008).

As mudanças sociais que ocorrem nos últimos anos também afetam a vida do

professor. A diminuição de investimentos em escolas públicas, as condições materiais inadequadas para a realização do trabalho, como falta de recursos e problemas de infraestrutura, a pressão em alcançar resultados satisfatórios com os alunos e para a instituição, os baixos salários, além do desrespeito dos alunos e da violência nas aulas podem causar, entre outros problemas, esgotamento físico e psicológico nos professores (ESTEVE, 1999).

Embora Melanda et al. (2018) ressaltem a escassez de pesquisas sobre violência contra professores, já que sua maioria se volta à violência contra/entre alunos. Em uma pesquisa conduzida junto a 789 professores os autores verificaram que um em cada 12 participantes havia sofrido violência/tentativa de violência na escola no último ano, alguns inclusive com arma branca ou de fogo.

Tavares e Pietrobom (2016) alertam que em um período de dois anos (2007-2009) 46,8% das escolas de São Paulo registraram pelo menos um caso de violência, e entre denúncias contra o patrimônio, furtos e agressões entre alunos, destacam que 18,5% das ocorrências registradas eram sobre ameaça a professores e 7,3% sobre agressão física contra professores e funcionários das escolas.

Sposito (2001), em seu artigo “Um breve balanço da pesquisa sobre violência escolar no Brasil”, já destacava a relação conflituosa entre professores e alunos e que, por ser geradora de constante medo, levava os docentes a recorrerem para a segurança policial, afetando a qualidade da interação educativa e o clima escolar.

As ameaças ainda são os maiores casos de violência contra professores no ambiente escolar, geralmente movidas por indisciplinas e notas baixas. “Os estudantes reagem de maneira agressiva às rotinas impostas pelos professores, em geral consideradas violentas, embora dificilmente verbalizem as razões pelas quais entendem tais práticas do cotidiano escolar como violações a serem respondidas com ameaças” (PEREIRA, 2016, p. 7).

Como algumas ameaças acabam se concretizando, resultando em agressões físicas, principalmente nos casos em que os alunos são retirados da sala de aula e suspensos, o clima e a tensão na escola acabam se tornando frequentes. Além da violência contra a pessoa (que pode ser física, verbal, psicológica), a violência contra a propriedade é a segunda principal queixa de violência contra os professores, com furtos de objetos pessoais, dinheiro, danos a automóveis, entre outros (ABRAMOVAY; RUA, 2003).

Também há casos de violência contra o patrimônio, como depredações dos prédios e/ou de materiais, furtos, pichações e explosões. Uma pesquisa realizada por Tavares e Pietrobom (2016) apurou o fato de haver maiores casos de depredações e/ou furtos em escolas de regiões mais carentes, enquanto os problemas relacionados a violências físicas e psicológicas ocorriam com mesma frequência tanto em escolas de bairros mais pobres e presumidamente violentos, como em bairros mais nobres e que teriam menor índice de violência.

Estes resultados mostram que as violências contra o patrimônio podem ocorrer por

conta das condições do ambiente onde a escola está inserida, mas as violências físicas e psicológicas acontecem independente disso, podendo estar relacionadas as gestões escolares e a interação entre professores, alunos e pais/responsáveis (TAVARES; PIETROBOM; 2016).

Sobre as agressões físicas, são frequentes as notícias sobre violência nas escolas e contra professores, tanto na televisão, como nas mídias sociais. Sites de notícias e entretenimento publicam com frequência matérias sobre algum tipo de violência sofrida por professores, seja física, verbal ou psicológica. Portais de notícias como G1, Terra, Nova escola, Revista Veja, Jornal Estado de São Paulo, entre outros, têm diversas notícias sobre violência contra professores nos últimos anos.

Em recente matéria exibida em junho de 2019 pelo programa Fantástico, da Rede Globo, diversos professores relataram as violências sofridas durante o trabalho em sala de aula. Um professor teve sua perna perfurada por uma faca, perdendo 40% de sangue corporal e quase vindo a óbito. Outro professor levou um soco de seu aluno, e uma professora de uma escola estadual pediu afastamento após levar “cadernadas e cadeiradas” de seus alunos (G1, 2019a).

Em um levantamento feito pelo canal GloboNews, foram registrados em São Paulo, em 2018, 434 agressões a professores da rede estadual. Em 2017 este número era de 251 agressões (G1, 2019b). Esses dados foram obtidos através do Registro de Ocorrência Escolar (ROE), um serviço on-line no qual diretores das escolas podem registrar as ocorrências do meio escolar.

Para Charlot (2002), tanto a violência física como a verbal, cometida por insultos e ameaças, trazem consequências físicas e/ou psicológicas para as vítimas:

De certo modo, toda agressão é violência na medida em que usa a força. Mas parece pertinente distinguir a agressão que utiliza a força apenas de maneira instrumental, até mesmo que se limita a uma simples ameaça (como a extorsão para apossar-se, por exemplo, de tênis, bonés ou outro qualquer pertence pessoal de alguém: se a vítima não resiste, não é ferida) e a agressão violenta, na qual a força é utilizada muito além do que é exigido pelo resultado, com uma espécie de prazer de causar mal, de destruir, de humilhar (p. 436).

A violência escolar prejudica os próprios alunos, pois contribui para a diminuição da qualidade do ensino, e mesmo não sendo relatada ou mostrada com tanta frequência, a violência psicológica acarreta riscos à saúde física e mental dos envolvidos, além de “prejudicar os objetivos mais amplos da escola, como educar, ensinar e aprender” (MELANDA et al., 2018, p.8).

4 | POLÍTICAS PÚBLICAS E PROPOSTAS DE GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS NO AMBIENTE ESCOLAR

A implementação, efetividade e a garantia dos direitos é um caminho para o

enfrentamento e superação da violência. Para isso, algumas políticas públicas foram criadas, como o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) foi desenvolvido pelo Governo em 1996, ampliado em 2002, e atualmente está em vigor o terceiro programa, criado em 2009 e atualizado em 2010 pelo Decreto nº 7.177, chamado de PNDH-3. Sua ideia é implementar propostas para a promoção e garantia dos direitos humanos, em áreas como educação, saúde, habitação, igualdade racial, direitos da mulher, da criança e do adolescente, pessoas com deficiência, entre outros (BRASIL, 2010).

De acordo com seu documento, os principais resultados já alcançados com o PNDH são: “entre seus avanços mais robustos, destaca-se a transversalidade e interministerialidade de suas diretrizes, de seus objetivos estratégicos e de suas ações programáticas, na perspectiva da universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos” (BRASIL, 2010, p. 16).

Em 2007, foi publicado o Plano Nacional de Educação e Direitos Humanos (PNEDH), que desde 2003 vinha sendo produzido, de acordo com algumas questões do PNDH, e com aspectos de documentos internacionais, utilizando de demandas novas e antigas para a efetivação da democracia. O PNEDH tem como prioridade a melhoria da qualidade em todos os níveis educacionais e, para isso, o documento define concepções, princípios, objetivos, diretrizes e linhas de ação para a educação básica, superior, não-formal, educação dos profissionais dos sistemas de justiça e segurança pública, e educação e mídia (BRASIL, 2007).

Em 2012, uma resolução do Ministério da Educação (MEC) com o Conselho Nacional de Educação (CNE), estabelece diretrizes nacionais para a educação em direitos humanos, considerando uma série de documentos nacionais e internacionais que visam assegurar os direitos humanos, com foco em assegurar a educação como direito de todos (BRASIL, 2012).

Em 2017, o Ministério da Educação (MEC) incluiu no documento que regulamenta a educação básica no país, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o respeito e a promoção aos direitos humanos e o acolhimento e a valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais como algumas das competências para a formação de professores para atuar na educação básica (BRASIL, 2019).

Outra competência descrita na BNCC é a empatia e cooperação, que se preocupa com o desenvolvimento social do aluno, e tem a pretensão de exercitar a empatia, o diálogo, o respeito ao outro, aos direitos humanos e a solução de conflitos no ambiente escolar. O papel do professor é de mediador, oferecendo um ambiente para debater questões sobre os direitos humanos, possibilitando tratar as diferenças existentes no meio escolar (BRASIL, 2019).

Apesar de fundamental importância na garantia de uma vida com dignidade, os direitos humanos ainda são recentes, e “emergem gradualmente das lutas que o homem trava por sua própria emancipação e das transformações das condições de vida que

essas lutas produzem” (BOBBIO, 2004, p. 51).

Por isso, sabemos o quanto é importante esses pequenos passos que vão sendo conquistados na educação, promovendo discussões e gerando mudanças, pois o maior ganho que a educação brasileira possa ter para um ensino de qualidade, são professores e alunos respeitados e valorizados em seu ambiente de trabalho e ensino.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste artigo, buscamos identificar e explicar o que são os direitos humanos, sua importância para a dignidade humana e o impacto da violência contra os professores.

Algumas reflexões devem ser analisadas na compreensão da violência nas escolas, como o fato que as condições de trabalho, a falta de recursos e as diferentes violências que ocorrem no entorno da escola são fatores que contribuem para a violência à escola e aos professores.

Por sua vez, a gestão prevista para ser implantada através das políticas públicas não tem contribuído para a diminuição da violência em geral e nem auxiliado na redução destes eventos no espaço escolar. A Declaração Universal dos Direitos Humanos é ferramenta essencial para o fortalecimento dos direitos e deve mostrar cada vez mais a sua importância na garantia dos direitos dos que estão vulneráveis e sofrendo qualquer tipo de violência.

É necessária uma intervenção sobre violência na escola, relacionando-a aos demais tipos de violência que presenciamos no dia-a-dia. Medidas como palestras, conversas sobre os direitos humanos e sobre a violação dos mesmos, inclusão dos direitos humanos nas disciplinas escolares, de forma tanto a ensinar sobre eles como também alertas as crianças e adolescentes sobre suas deveres e garantias, de fato a tentar diminuir a violência que assola nossas escolas.

A presença dos pais e/ou responsáveis na vida escolar dos filhos, assim como a interação entre escola e família, alunos e professores, são fatores importantes para auxiliar a reduzir os casos de violência nas instituições de ensino. Algumas soluções também apontadas por especialistas são referentes a ações de prevenção à violência, como presença de inspetores, profissionais de segurança, ou mesmo policiais, medidas que tentariam inibir as ações de violência. É importante e necessário um convívio com respeito e tolerância ao outro no meio escolar.

A violação desses direitos na situação da violência contra professores é algo que precisa ser mais ser discutido, pesquisado, estudado, implementado no ambiente escolar. Esse artigo é apenas mais uma reflexão sobre o tema, espera-se que outras pesquisas sejam feitas para dar continuidade a um assunto tão importante e necessário. Compreender

e debater esse problema possibilita criar estratégias para a garantia dos direitos.

APOIO

1. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 e da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS/MEC – Brasil - Campus do Pantanal.

2. Esse trabalho foi apresentado e consta nos Anais do XVI Congresso Internacional de Direitos Humanos realizado em setembro de 2019 em Campo Grande/MS.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M.; RUA, M.G. **Violências nas Escolas**: versão resumida. Brasília: UNESCO, 2003.

ABRAMOVAY, M.; AVANCINI, M.; OLIVEIRA, H. O bê-á-bá da intolerância e da discriminação. In: OLIVEIRA, H. (Org.). **Direitos negados**: a violência contra a criança e o adolescente no Brasil. 2. ed. Brasília: UNICEF, p. 29-53, 2006.

BOBBIO, N. **A era dos direitos** (3ª reimp.). Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988.

_____. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos** / Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007.

_____. **Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)**. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. rev. e atual. Brasília: SDH/PR, 2010.

_____. **Resolução n.º 1, de 30 de maio de 2012**. Diário Oficial da União, Brasília, n.º 105, 31 de maio de 2012, Seção 1, página 48, 2012.

_____. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília: MEC. 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_20dez_site.pdf. Acesso em: 20/06/2019.

CORREIA, R. N. P. **Competência do professor de educação física**: um estudo com professores da rede pública. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

CHARLOT, B. **A violência na escola**: Como os sociólogos franceses abordam essa questão. Sociologias, Porto Alegre, ano 4, v. 8, p. 432-443, jun. jul., 2002.

ESTEVE, J. M. **O mal-estar docente**: a sala de aula e a saúde dos professores. São Paulo: EDUSC, 1999.

EYNGI, A. M., **Direitos humanos e violência nas escolas**: desafios do trabalho em rede. Revista Portuguesa de Educação, v. 26(2), p. 245-266, 2013.

G1, Portal de Notícias da Globo. **Professora atacada por alunos em SP é internada por estresse**. Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2019/06/09/professora-atacada-por-alunos-em-sp-foi-internada-por-estresse.ghtml>. Acesso em: 22/06/2019a.

G1, Portal de Notícias da Globo. **Casos de agressões a professores da rede estadual têm alta de 73% em SP.** Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/03/25/casos-de-agressoes-a-professores-da-rede-estadual-tem-alta-de-73percent-em-sp-aponta-secretaria-da-educacao.ghtml>. Acesso em: 22/06/2019b.

GODOY, A. S. **Pesquisa qualitativa - tipos fundamentais.** Revista de Administração de Empresas, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Pesquisa Internacional sobre Ensino e Aprendizagem (Talis).** Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/pesquisa-talis>. Acesso em: 23/06/2019.

MELANDA, F. N. et. al. **Violência física contra professores no espaço escolar:** análise por modelos de equações estruturais. Cad. Saúde Pública, v. 34(5), 2018.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **OIT – Organização Internacional do trabalho.** Disponível em: <https://nacoesunidas.org/agencia/oit/>. Acesso em 20/08/2019.

ONU. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos,** 1948.

PEQUENO, M. O fundamento dos direitos humanos. In: **Direitos Humanos:** capacitação de educadores. Maria de Nazaré Tavares Zenaide, et al. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2008.

PEQUENO, M. **Violência e Direitos humanos.** Rev. Filos., Aurora, Curitiba, v. 28, n. 43, p. 135-146, jan. abr., 2016.

PEREIRA, M. A. **Violência nas escolas:** visão de professores do Ensino Fundamental sobre esta questão. Dissertação (Mestrado em Educação) – Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

PEREIRA, K. S. **Violência contra professores nas escolas.** Consultoria Legislativa, maio, 2016.

PRIOTTO, E. P.; BONETI, L. W. **Violência escolar:** na escola, da escola e contra a escola. Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v. 9, n. 26, p. 161-179, jan. abr., 2009.

SILVA, J. M. A. P.; SALLES, L. M. F. **A violência na escola:** abordagens teóricas e propostas de prevenção. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. especial 2, p. 217-232, 2010.

SOUZA, K. O. J. **Violência em escolas públicas e a promoção da saúde:** relatos e diálogos com alunos e professores. Rev. Bras. Promoção Saúde, Fortaleza, 25(1): 71-79, jan. mar., 2012.

SPOSITO, M. P. **Um breve balanço da pesquisa sobre violência escolar no Brasil.** Revista Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 27, n.1, p. 87-103, 2001.

TAVARES, P. A.; PIETROBOM, F. C. **Fatores associados à violência escolar:** evidências para o Estado de São Paulo. Ver. Estud. Econ. São Paulo, vol.46, n.2, p. 471-498, abr. jun., 2016.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Adoção 11, 16, 25, 27, 30, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 96, 104, 106, 155

B

Brasil 1, 2, 15, 17, 18, 26, 27, 28, 30, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 41, 56, 58, 60, 62, 64, 65, 69, 70, 71, 74, 77, 79, 81, 82, 83, 85, 86, 87, 88, 90, 91, 95, 97, 98, 101, 106, 108, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 121, 123, 126, 128, 138, 139, 142, 145, 146, 147, 151, 153, 157, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165

Bullying 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128

C

Carcerária 159, 162, 163, 164

Colisão 129, 130, 132, 133, 134, 139, 141, 142, 143

Competitivo 108, 109, 110, 111, 112, 114, 115, 117

Constituição 25, 26, 28, 32, 33, 34, 35, 37, 41, 50, 51, 52, 53, 54, 58, 64, 72, 81, 85, 86, 87, 88, 97, 101, 103, 123, 129, 130, 131, 132, 133, 135, 137, 138, 139, 140, 142, 143, 147, 150, 151, 152, 154, 156, 157, 158, 160, 161, 164, 165, 166

Crise 1, 3, 7, 8, 11, 15, 16, 17, 52, 153, 160

Cultura 1, 32, 47, 66, 67, 68, 70, 71, 72, 73, 78, 80, 85, 113, 122, 123

D

Direitos 12, 19, 21, 22, 23, 24, 31, 34, 35, 37, 38, 40, 51, 52, 53, 55, 57, 58, 59, 61, 62, 63, 64, 65, 68, 70, 76, 85, 86, 89, 90, 101, 102, 103, 107, 111, 114, 117, 120, 124, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 154, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166

Doutrina 8, 12, 13, 19, 23, 24, 43, 44, 46, 53, 104, 108, 110, 112, 113, 114, 131, 132, 135, 152

E

Econômica 25, 28, 32, 58, 68, 77, 81, 95, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 112, 113, 114, 118, 143, 149, 150, 152, 155, 158, 160

Educacional 81, 87, 88, 90, 91, 93, 94, 98, 124, 162

Estética 43, 44, 46, 47, 49, 156

Extrafiscalidade 25, 27, 28, 152

F

Fundamentais 19, 23, 24, 30, 31, 34, 40, 43, 47, 51, 57, 58, 65, 85, 86, 95, 126, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 147, 158, 160, 161, 164, 165, 166

G

Geográficas 59, 108, 109, 110, 111, 113, 114, 116, 117

H

Hermenêutica 50, 51, 54, 140

I

Ideologia 3, 8, 15, 50, 51, 54, 161

J

Jurídico 19, 22, 23, 24, 30, 31, 32, 33, 36, 39, 42, 50, 51, 52, 53, 54, 85, 86, 97, 102, 105, 107, 108, 110, 112, 113, 116, 119, 123, 129, 130, 132, 133, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 145, 147, 152, 156, 159, 160

L

Liberdades 22, 52, 131, 133

M

Monoparental 30, 31, 35, 36, 38, 40

Mulher 32, 34, 35, 38, 62, 66, 67, 69, 70, 71, 74, 77, 78, 79, 80, 156

N

Nacional 4, 5, 12, 27, 39, 41, 58, 62, 64, 65, 72, 79, 82, 83, 85, 86, 87, 91, 93, 94, 95, 97, 98, 103, 107, 108, 109, 111, 112, 116, 117, 125, 146, 150, 153, 154, 155, 157, 158

Negociador 1, 2, 3, 4, 8, 11, 12, 13, 14, 15, 16

R

Responsabilidade 14, 22, 27, 35, 37, 86, 90, 95, 120, 124, 127, 145, 155, 162

S

Sistema 12, 13, 14, 16, 17, 22, 27, 34, 72, 76, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 91, 92, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 101, 103, 104, 105, 108, 110, 112, 113, 114, 116, 123, 125, 128, 149, 150, 151, 152, 157, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165

T

Terroristas 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17

V

Violação 8, 55, 57, 59, 63, 139, 150, 159, 161, 162

Pensamento Jurídico e Relações Sociais



www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2020

Pensamento Jurídico e Relações Sociais



www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2020